
LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA

SANDRA GOMES DE OLIVEIRA

AS ESTRATÉGIAS GOVERNAMENTAIS
FRENTE À EMPREGABILIDADE DE
JOVENS E ADULTOS: INVESTIGANDO OS
MEANDROS DA RELAÇÃO EDUCAÇÃO E
TRABALHO



Rio Claro
2012

SANDRA GOMES DE OLIVEIRA

AS ESTRATÉGIAS GOVERNAMENTAIS FRENTE À
EMPREGABILIDADE DE JOVENS E ADULTOS: INVESTIGANDO OS
MEANDROS DA RELAÇÃO EDUCAÇÃO E TRABALHO

Orientadora: Professora Dra. Joyce Mary Adam de Paula e Silva

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao Instituto de Biociências da Universidade
Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” -
Câmpus de Rio Claro, para obtenção do grau de
Licenciatura Plena em Pedagogia.

Rio Claro
2012

370
O48e Oliveira, Sandra Gomes de
 As estratégias governamentais frente a empregabilidade de
 jovens e adultos: investigando os meandros da relação
 educação e trabalho / Sandra Gomes de Oliveira. - Rio Claro :
 [s.n.], 2012
 54 f. : il., mapas

 Trabalho de conclusão de curso (licenciatura - Pedagogia)
 - Universidade Estadual Paulista, Instituto de Biociências de
 Rio Claro
 Orientador: Joyce Mary Adam de Paula e Silva

 1. Educação. 2. Ensino profissionalizante. 3. Ensino
 técnico. 4. Desenvolvimento. I. Título.

Aos meus familiares e amigos que agora vibram comigo
diante de mais uma conquista em minha vida.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a minha mãe, exemplo de virtude e gesto de Deus feito pessoa, sempre presente em todos os momentos de minha vida.

Agradeço a meu pai, pela paciência e dedicação de um verdadeiro responsável pela sua família.

Agradeço ao meu irmão, pois, ainda em silêncio, sempre perto, sempre ciente de tudo, e se manifestando nas horas necessárias, estendendo-me as mãos em todos os aspectos.

Embora não possa citar o nome de todos os amigos, para não cometer o equívoco de não mencionar algum deles, saibam que sou eternamente agradecida por tudo que me proporcionaram, ainda mais nesse momento em que o curso “escapava” de minhas mãos devido aos problemas de saúde ao qual estou passando.

Agradeço a todos os professores da UNESP Rio Claro, por todo acolhimento e entendimento da minha condição atual, por me esperarem diante às limitações que nesse momento me encontro e que, pela graça de Deus, logo serão superadas.

Enfim, a Deus, Aquele que sempre me impressiona em sua exatidão, em sua misteriosa precisão. E também, a Santíssima Virgem Maria, mãe acolhedora e terna. Agradeço aos cuidados que tem por mim.

“Ser obrigado a trabalhar, e obrigado a fazer o melhor possível, cria em você moderação e autocontrole, diligência e força de vontade, ânimo e satisfação, e com outras virtudes que o preguiçoso nunca conhecerá.”

Charles Kingsley

RESUMO

O presente trabalho de conclusão de curso tem como objetivo investigar o município de Limeira/SP, no sentido de questionar se há e quais as políticas públicas desenvolvidas pelo poder local, se há postos de formação e direcionamento de jovens para o mercado de trabalho ou mesmo parcerias entre a prefeitura e empresas locais visando fornecer condições concretas de preparação e direcionamento de jovens para o mercado de trabalho. Todas as mudanças na Educação acompanharam a necessidade de se oferecer mão-de-obra qualificada para contribuir com o desenvolvimento econômico do país. O Trabalho está dividido em alguns capítulos. O primeiro capítulo trata a respeito de todo o desenvolvimento histórico da Educação Profissional no Brasil e os novos desafios atuais. O segundo capítulo aborda a realidade do mundo de trabalho em suas transformações e consequências, e a questão do trabalho da criança e do adolescente. O terceiro capítulo trata a respeito da dificuldade de inserção da juventude pobre no atual mercado de trabalho. O quarto capítulo apresenta a cidade de Limeira em relação às necessidades de escolas profissionalizantes para atender ao grande número de comércios e indústrias, momento pela qual são mencionadas as instituições de ensino da cidade e também os programas firmados entre os órgãos da Prefeitura Municipal e instituições tais como o SENAC (Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial) e o SENAI (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial). O quinto capítulo apresenta uma entrevista realizada junto ao CAMPL da cidade de Limeira, cujo objetivo é dar qualificação profissional aos adolescentes para conseguirem o primeiro empregado. Foram realizadas leituras de diversos autores que tratam sobre o tema.

PALAVRAS-CHAVES: Ensino Profissionalizante; Ensino Técnico; Educação; Desenvolvimento.

ABSTRACT

This conclusion of course work aims to investigate the city of Limerick / SP, in order to question whether there are and what public policies developed by local, if there are training places for young people and targeting the job market or even partnerships between the city and local businesses seeking to supply the concrete conditions of preparation and targeting young people for the labor market. All changes in education accompanied the need to provide skilled labor to contribute to the country's economic development. The work is divided into several chapters. The first chapter is about the whole historical development of professional education in Brazil and new challenges. The second chapter discusses the reality of the world of work changes and their consequences, and the issue of working children and adolescents. The third chapter is about the difficulty of insertion of the poor youth in the current job market. The fourth chapter presents the city of Limerick to the needs of professional schools to meet the large number of trades and industries, which are currently listed by the educational institutions of the city and programs signed between the Municipal bodies and institutions such as SENAC (National Service of Commercial Learning) and Senai (National Service of Industrial Learning). The fifth chapter presents an interview with the CAMPL the city of Limerick, whose goal and give professional training to teens to get the first employee. Readings were taken from several authors who treat on the subject.

KEYWORDS: Vocational Education, Technical Education, Education, Development

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	08
1 DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL	11
1.1 Histórico da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica .	11
1.2 Os novos desafios da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica	17
2 O MUNDO DO TRABALHO, SUAS TRANSFORMAÇÕES E CONSEQUÊNCIAS	21
2.1 A questão do trabalho enquanto reconhecimento social	22
2.2 A questão do trabalho da criança e do adolescente	23
3 A DIFICULDADE DE INSERÇÃO DA JUVENTUDE POBRE NO ATUAL MERCADO DE TRABALHO	25
3.1 As dificuldades de acesso ao mercado de trabalho da juventude pobre	26
3.2 Aspectos legais	27
3.3 Algumas possíveis consequências	29
4 A CIDADE DE LIMEIRA E A EDUCAÇÃO PROFISSIONALIZANTE	31
4.1 Conhecendo a Cidade	31
4.2 Comércio e Indústrias da cidade de Limeira	32
4.3 Instituições de Ensino na cidade de Limeira	33
4.4 Parcerias da Prefeitura Municipal visando o Ensino Técnico Profissionalizante	35
5 PESQUISA: PREPARAÇÃO PARA O TRABALHO NO CÍRCULO DE AMIGOS DO MENINO PATRULHEIRO DE LIMEIRA	43
5.1 Procedimentos da pesquisa	43
5.2 Resultados e discussão da pesquisa junto aos patrulheiros	44
CONSIDERAÇÕES FINAIS	51
REFERÊNCIAS	53

INTRODUÇÃO

Num contexto de transformações produtivas pela busca de maior competitividade, a educação torna-se um dos principais mecanismos para a fomentação do ideal social que precisa formar trabalhadores para atender as necessidades do capital. Dessa maneira, para responder aos anseios da globalização, mudanças substanciais tem ocorrido no âmbito da educação em busca de uma formação flexível, polivalente, que atende às exigências imediatas do capital.

O sistema educacional [...] estabelece seu ideário de reformas, em estreita relação com a ideia global de competitividade, buscando atender às exigências do mercado do trabalho com planos que abrangem uma formação ampla em detrimento de formações específicas [...] (LETELIER, 1999, p. 134).

Nessa luta desenfreada pela inserção no mercado de trabalho, os jovens são os mais diretamente afetados pelo contexto adverso do mercado de trabalho, uma vez que, normalmente, já estão em situação de desvantagem devido às suas características específicas, como a falta de experiência e a busca de experimentação. (ROCHA, 2008).

Para fazer face à globalização, o Governo Federal, visando minimizar as desigualdades sociais, propõe políticas de inserção dos jovens no mercado de trabalho através de programas que permitem uma formação profissional de modo a receber qualificação para que possam ser integrados ao processo educacional e, sobretudo, ao mercado de trabalho.

Rocha (2008) afirma que qualificar-se é uma tendência inevitável, em virtude do progresso tecnológico cada vez mais crescente. Sendo assim, a baixa escolaridade significa uma desvantagem relativa para os jovens no mercado de trabalho, além disso, para aqueles que ingressam na vida produtiva, a exigência mínima de escolaridade tende a se situar no nível do ensino médio completo. A autora afirma ainda que vem aumentando a permanência na escola e o nível de escolaridade, entretanto, a partir da idade de 18 anos, idade pela qual reforça a inserção no mercado de trabalho, a proporção de jovens que estudam torna-se

inferior à dos que trabalham, ocorrendo, assim desta maneira um forte aumento da proporção de jovens que nem estudam e nem trabalham.

Tendo em vista a problemática acima, pretende-se abordar o diálogo que discorre entre educação e trabalho, sendo assim, o projeto a ser desenvolvido possui a intenção de investigar o Município de Limeira/SP, no sentido de questionar se há e quais são as políticas públicas desenvolvidas pelo poder local, se há postos de formação e direcionamento de jovens para o mercado de trabalho ou mesmo parcerias entre a prefeitura e empresas locais visando fornecer condições concretas de preparação e direcionamento dos jovens para o mercado de trabalho, realizando para tanto um perfil socioeconômico histórico e atual do Município.

No tocante à relevância para a linha de pesquisa em políticas educacionais, são oportunas as palavras de Camarano, Mello, Pasinato, Kanso (2004, p. 11):

O interesse em estudar o atual contingente jovem brasileiro se dá por várias razões. Em primeiro lugar, pela sua magnitude. Está se falando de 34 milhões de brasileiros que tinham de 15 a 24 anos, de acordo com o Censo de 2000. Em segundo, por estarem esses jovens vivendo uma fase da vida permeada por intensas transformações biológicas, sociais e econômicas. Tal fase pode tanto se caracterizar por fragilidades, que resultarão em vulnerabilidades, como por potencialidades, dependendo das trajetórias de vida seguidas por eles.

Além disso, há que se considerar que esse trabalho deverá contribuir para produção de novos conhecimentos, além de permitir a reflexão, discussão e conhecimento da realidade efetiva que circunda os órgãos que formulam as políticas públicas educacionais para a juventude da sociedade brasileira.

O presente trabalho foi estruturado em cinco capítulos. O primeiro capítulo trata a respeito de todo o desenvolvimento histórico da Educação Profissional no Brasil e os novos desafios atuais. O segundo capítulo aborda a realidade do mundo de trabalho em suas transformações e consequências, e a questão do trabalho da criança e do adolescente. O terceiro capítulo trata a respeito da dificuldade de inserção da juventude pobre no atual mercado de trabalho. O quarto capítulo apresenta a cidade de Limeira em relação às necessidades de escolas profissionalizantes para atender ao grande número de comércios e indústrias, momento pela qual são mencionadas as instituições de ensino da cidade e também os programas firmados entre os órgãos da Prefeitura Municipal e instituições tais como o SENAC (Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial) e o SENAI (Serviço

Nacional de Aprendizagem Industrial). O quinto capítulo apresenta uma entrevista realizada junto ao CAMPL (Centro de Aprendizado Metódico e Prático de Limeira), cujo objetivo é dar qualificação profissional aos adolescentes para conseguirem o primeiro empregado. Foram realizadas leituras de diversos autores que tratam sobre o tema.

1 DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL

1.1 Histórico da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica

O início do ensino profissionalizante no Brasil pode ter seu início datado desde os tempos mais remotos da colonização se for levado em consideração os índios e os escravos como primeiros aprendizes de ofícios. (FONSECA, 1961).

De acordo com Fonseca (1961), com a descoberta e a exploração do ouro no Estado de Minas Gerais, algumas casa de Fundação e de Moedas foram fundadas, exigindo que aqueles que lá trabalhassem passassem por um treinamento mais especializado, sendo geralmente reservado aos filhos de homens brancos. Nesta época era estabelecida uma banca examinadora com o objetivo de avaliar as habilidades desses aprendizes em um período de cinco a seis anos. Se houvesse aprovação, esses aprendizes recebiam uma Certidão de Aprovação.

Nessa mesma época surgiram também os Centros de Aprendizagem de Ofícios nos Arsenais da Marinha no Brasil, de onde eram trazidos de Portugal operários especializados. Nesses Centros era realizado o recrutamento de operários até mesmo no período noturno e muitas vezes recorriam aos chefes de polícia para que esses liberassem prisioneiros que oferecessem condições de produção. (FONSECA, 1961).

O desenvolvimento tecnológico no Brasil demorou mais algum tempo pra chegar, devido à proibição da instalação de fábrica pelos portugueses no ano de 1785. Os colonizadores portugueses tinham o intuito de cada vez mais explorar as riquezas naturais aqui encontradas, por meio da mão de obra barata.

“O Brasil é o país mais fértil do mundo em frutos e produção da terra. Os seus habitantes têm por meio da cultura, não só tudo quanto lhes é necessário para o sustento da vida, mais ainda artigos importantíssimos, para fazerem, como fazem, um extenso comércio e navegação. Ora, se a estas incontáveis vantagens reunirem as das indústrias e das artes para o vestuário, luxo e outras comodidades, ficarão os mesmos totalmente independentes da metrópole. É, por conseguinte, de absoluta necessidade acabar com todas as fábricas e manufaturas no Brasil”. (Fonseca, 1961, p. 2).

Somente a partir do ano de 1800, por meio da adoção do modelo de aprendizagem dos ofícios das manufaturas, é que a história da educação

profissional no Brasil irá registrar diversas experiências. Essas aprendizagens se destinavam como “amparo” oferecido às camadas menos privilegiadas da sociedade brasileira, e eram oferecidas às crianças e aos jovens que, além de receberem a instrução primária, recebiam treinamentos de ofícios de tipografia, encadernação, alfaiataria, tornearia, carpintaria, sapataria, entre outros. (FONSECA, 1961).

Com o advento da família real portuguesa, no ano de 1808, D. João VI estabeleceu o Colégio das Fábricas, cujo objetivo era fornecer atendimentos educacionais aos artistas e aprendizes portugueses trazidos para o Brasil. (GARCIA, 2000).

Conforme o autor, no ano de 1889, um ano após a assinatura da Lei Áurea, que deu liberdade aos escravos, marcando o final do período imperial, já haviam se instalados no Brasil 636 fábricas, reunindo um total aproximado de 54 mil trabalhadores, para uma população total que atingia 14 milhões de habitantes, e uma sociedade caracterizada economicamente como agrário-exportadora, com predomínio de relação de trabalho rurais pré-capitalistas.

O governador do Rio de Janeiro, Nilo Peçanha, no dia 11 de setembro de 1906, por meio do Decreto Nº 787, deu início ao ensino técnico no Brasil, com a criação de quatro escolas profissionais instaladas nesse estado: 03 para o ensino de ofícios (Unidades Campos, Petrópolis e Niterói) e 01 para a aprendizagem agrícola (Unidade Paraíba do Sul). De acordo com Garcia (2000), o ano de 1906 marcou a consolidação do ensino técnico-industrial brasileiro pelas diversas ações seguintes:

- Realização do “Congresso de Instrução” que apresentou ao Congresso Nacional um projeto de promoção do ensino prático industrial, agrícola e comercial, a ser mantido com o apoio conjunto do Governo da União e dos Estados. O projeto previa a criação de campos e oficinas escolares onde os alunos dos ginásios seriam habilitados, como aprendizes, no manuseio de instrumentos de trabalho.
- A Comissão de Finanças do Senado aumentou a dotação orçamentária para os Estados instituírem escolas técnicas e profissionais elementares sendo criada, na Estrada de Ferro Central do Brasil, a Escola Prática de Aprendizes das Oficinas do Engenho de Dentro, no Rio de Janeiro.
- Declaração do Presidente da República, Afonso Pena, em seu discurso de posse, no dia 15 de novembro de 1906: “A criação e multiplicação de institutos de ensino técnico e profissional muito podem contribuir também para o progresso das indústrias, proporcionando-lhes mestres e operários instruídos e hábeis”. (GARCIA, 2000).

No mês de Julho de 1909, Nilo Peçanha se torna o presidente do Brasil, devido o falecimento do presidente Afonso Pena. Nesse mesmo ano, mais precisamente no dia 23 de setembro de 1909, o então presidente assina o Decreto Nº 7.566, que exigia, sob a jurisdição do Ministério dos Negócios da Agricultura, Indústria e Comércio, a criação de dezenove “Escolas de Aprendizes Artífices” espalhadas em todo o território nacional, com a finalidade de fornecer ensino gratuito profissional e primário. (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2009).



Figura 01 — Divisão Geopolítica do Brasil em 1909

Fonte: MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (2009).

O leitor do presente trabalho deve ficar atento que algumas unidades federativas, hoje chamadas de estados, ainda não existiam, tais como: Roraima, Amapá, Acre, Rondônia, Tocantins e também não existia a divisão entre Mato Grosso do Sul e Mato Grosso do Norte, sendo definido apenas como Unidade Federativa de Mato Grosso. Pela figura apresentada, percebe-se que somente a

Unidade Federativa do Rio Grande do Sul não recebeu a instalação da Escola de Aprendizes Artífices.

No ano de 1927, o Congresso Nacional sancionou o Projeto de Fidélis Reais, o qual garantia oferecimento obrigatório de ensino profissional em todo o território nacional.

Em 14 de Novembro de 1930 foi criado o Ministério da Educação e Saúde Pública, sendo estruturada a Inspeção do Ensino Profissional Técnico, cuja função passa a ser de supervisionar as Escolas de Aprendizagem Artífices, as quais eram ligadas ao Ministério da Agricultura.

No ano de 1934, essa Inspeção se transformou na Superintendência do Ensino Profissional. Esse período marca uma época de grande expansão do ensino industrial, fortalecido pela política de se criar novas escolas industriais e a introdução de novas especializações nas escolas existentes.

De acordo com o Ministério da Educação (2009), por meio do Artigo 129 da Constituição Brasileira de 1937 que o ensino técnico, profissional e industrial é reconhecido:

O ensino pré-vocacional e profissional destinado às classes menos favorecidas é, em matéria de educação, o primeiro dever do Estado. Cumpre-lhe dar execução a esse dever, fundando institutos de ensino profissional e subsidiando os de iniciativa dos Estados, dos Municípios e dos indivíduos ou associações particulares e profissionais. É dever das indústrias e dos sindicatos econômicos criar, na esfera de sua especialidade, escolas de aprendizes, destinadas aos filhos de seus operários ou de seus associados. A lei regulará o cumprimento desse dever e os poderes que caberão ao Estado sobre essas escolas, bem como os auxílios, facilidades e subsídios a lhes serem concedidos pelo poder público. (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2009, p. 4).

No dia 13 de Janeiro de 1937, a Lei 378 foi assinada a qual mudava as Escolas de Aprendizes e Artífices em Liceus Profissionais, com objetivo de fornecer ensino profissional de todos os ramos e graus.

De acordo com o Ministério da Educação (2009), no ano de 1941 passaram a vigorar um conjunto de leis que receberam o nome de “Reforma de Capanema”, cujo objetivo era remodelar todo o ensino no país, observando alguns pontos principais:

- O ensino profissional a partir de então passa a ser considerado de nível médio;

- Necessidade de exames de admissão para o ingresso nas escolas industriais;
- Divisão dos cursos em dois níveis, os quais corresponderiam aos dois ciclos do novo Ensino Médio. O primeiro ciclo abrangia os cursos básico industrial, artesanal, de aprendizagem e de maestria. O segundo ciclo abrangia o curso técnico industrial com três anos de duração e mais um ano destinado ao período de estágio dentro da indústria, o qual deveria ser supervisão. Esse curso técnico industrial compreendia várias especialidades.

As mudanças não pararam e, no ano seguinte, mais precisamente no dia 25 de Fevereiro de 1942, o Decreto Nº 4.127 modifica as Escolas de Aprendizes e Artífices em Escolas Industriais e Técnicas, as quais passaram a formar profissionais em nível equivalente ao do secundário. É a partir dessa data que de maneira formal se inicia o processo de vinculação do Ensino Industrial à estrutura do ensino de todo território nacional, já que os alunos formados em algum desses cursos técnicos possuíam autorização para o ingresso no ensino de nível superior em alguma área equivalente à da sua formação. (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2009).

Avançando para os anos de 1956 a 1961, época do Governo Kubitschek, se constata um estreitamento entre o Estado e a economia, momento em que a indústria automobilística nasce e se transforma no grande ícone da consolidação da indústria nacional.

Devido ao grande desenvolvimento desse ramo industrial, o Governo Kubitschek prevê por cinco anos altos investimentos nas áreas de infra-estrutura, sobretudo na geração de energia e transportes, que corresponderam a 73% do total dos investimentos. Data-se nesse momento também o primeiro momento de contemplação do setor de Educação, representando 3,4% do total de investimentos previstos. Esses investimentos educacionais tinham como objetivo a formação de profissionais com orientação para os planos traçados para o desenvolvimento do Brasil.

Ainda no Governo de Kubitschek, no ano de 1959, as Escolas Industriais e Técnicas passam a serem reconhecidas como autarquias, com a denominação de Escolas Técnicas Federais. Desta maneira, as instituições ganharam independência

didática e de gestão, o que favoreceu a intensificação da formação de técnicos, que representavam a mão de obra indispensável diante do processo acelerado da industrialização. (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2009).

No dia 11 de Agosto de 1971, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira — LDB, Nº 5.692, define que todo currículo do segundo grau deverá ser técnico-profissional, para que assim pudesse formar técnicos sob o regime da urgência. Esse novo paradigma estabelecido forçou as Escolas Técnicas Federais a aumentarem consideravelmente o número de vagas e a implantação de novos cursos técnicos.

No ano de 1978, com a promulgação da Lei Nº 6.545, três Escolas Técnicas Federais são transformadas em Centros Federais de Educação Tecnológica, conhecida como CEFETs, e estavam instaladas nas Unidades Federativas do Paraná, Minas Gerais e Rio de Janeiro. Essa nova nomeação conferia a estas instituições a autorização para a formação de engenheiros de operação e tecnólogos. Tal processo se estendeu também para outras instituições somente mais tarde.

No dia 08 de Dezembro de 1994, a promulgação da Lei Nº 8.948 dispôs sobre a instituição do Sistema Nacional de Educação Tecnológica, transformando-a, de modo gradativo, as Escolas Técnicas Federais e as Escolas Agrotécnicas Federais em Centros Federais de Educação Tecnológica — CEFETs. Conforme decreto específico para cada instituição e em razão de critérios estipulados pelo Ministério da Educação, esses CEFETs deveriam atender as instalações físicas, os laboratórios e equipamentos adequados, e apresentar condições técnico-pedagógicas e administrativas, assim como os recursos humanos que possibilitassem o funcionamento de cada centro.

No dia 20 de Novembro de 1996 é sancionada a Lei Nº 9.394, que passa a ser conhecida como a Segunda LDB, a qual coloca Educação Profissional em um capítulo separado da Educação Básica, procurando superar os enfoques de assistencialismo e de preconceito social imposto desde as primeiras legislações de educação profissional brasileira. Essa Segunda LDB, na verdade, tem o propósito de intervenção social crítica e qualificada, tornando o ensino do país como um mecanismo de favorecimento da inclusão sócia e democratização dos bens sociais de uma sociedade. Outra mudança é que, a partir de então, o sistema de certificação

profissional passa a permitir o reconhecimento das competências adquiridas fora do sistema escolar.

No ano de 1997, o Decreto Nº 2.208 faz regulamentação da educação profissional e criação do Programa de Expansão da Educação Profissional — PROEP.

Diante dessas complexas e polêmicas transformações da educação profissional brasileira, no ano de 1999 as Escolas Técnicas Federais voltam a serem Centros Federais de Educação Tecnológica, iniciado no ano de 1978. (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2009).

1.2 Os novos desafios da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica para inserção de jovens com qualificação no mercado de trabalho

De acordo com o Ministério da Educação (2009), entre os anos de 1909 a 2002 (93 Anos), a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica Brasileira construiu 140 unidades de ensino.

No ano de 2004, o Decreto Nº 5.154 autoriza a integração do ensino técnico de nível médio ao ensino médio.

No ano de 2005, por meio da publicação da Lei Nº 11.195, é lançada a primeira fase do Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, com a liberação da construção de 64 novas unidades de ensino. Ocorre também nesse ano, a Transformação do CEFET Paraná em Universidade Tecnológica Federal do Paraná, sendo considerada a primeira universidade especializada nessa modalidade de ensino em todo território brasileiro.

No ano de 2006, o Decreto Nº 5.773 trata a respeito do exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino. Ainda nesse mesmo ano, no âmbito federal, o Decreto Nº 5840 instituiu o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação de Jovens e Adultos — PROEJA juntamente ao Ensino Fundamental, Médio e Educação Indígena. Nesse mesmo ano também tem lançamento o Catálogo Nacional dos Cursos Superior de Tecnologia para disciplinar as denominações dos cursos oferecidos pelas instituições de ensino público e privado.

Algo de destaque nesse ano pode ser citado a Primeira Conferência Nacional de Educação Profissional e Tecnológica:

Durante o ano de 2006 a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica — SETEC do Ministério da Educação, em parceria com o Fórum Nacional de Gestores Estaduais de Educação Profissional realizaram conferências em 26 Estados e no Distrito Federal, as quais culminaram, no período de 05 a 08 de novembro de 2006, com a 1ª Conferência Nacional de Educação Profissional e Tecnológica, marco importante na educação brasileira, com a participação de 2.761 participantes, foi a primeira conferência que o Ministério da Educação realizou em toda a sua história. (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2009, p. 06).

No ano de 2007, houve o lançamento da segunda fase do Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, cujo objetivo é construir 150 novas unidades, totalizando, desta maneira, um total de 354 unidades, até o final de 2010, procurando cobrir todas as regiões brasileiras, com oferecimento de cursos de qualificação, de ensino técnico, superior e pós-graduação, com sintonia com as necessidades do desenvolvimento local e regional.



Figura 02 — Expansão da Rede Federal até 2010

Fonte: MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (2009).

No ano de 2008, após a revisão final, o Catálogo Nacional dos Cursos Técnicos, elaborado em 2007, passa a ser um importante instrumento de divulgação e regulação da oferta de Cursos Técnicos por todo o Brasil.

Conforme todo o desenvolvimento mencionando anteriormente, o Ministério da Educação enxerga a educação profissional e tecnológica da seguinte maneira:

A educação profissional e tecnológica assume valor estratégico para o desenvolvimento nacional resultante das transformações ao longo das últimas décadas na Rede Federal, cuja visibilidade social apenas recentemente começou a tomar forma com a criação da Universidade Tecnológica Federal do Paraná, com os esforços para a criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, em andamento, e com a intensificação e diversificação das atividades de ensino visando a atender os mais diferenciados públicos nas modalidades: presencial, semi-presencial e a distância. (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2009, p. 7).

O desenvolvimento do ensino técnico no Brasil tem se destacado até mesmo internacionalmente. Nos últimos anos, a procura dos países africanos para conhecimento da educação profissional e tecnológica brasileira tem sido imensa. Esses países procuram o estabelecimento de parcerias educacionais. A maioria das parcerias estipuladas procura agregar projetos de inclusão social da comunidade onde está inserida.

O Ministério da Educação ainda considera importante o apoio oferecido por grandes grupos empresariais.

Outro aspecto muito importante é a confiança e conseqüente aproveitamento da mão-de-obra qualificada pelas unidades educacionais da Rede, como estagiários ou, posteriormente, funcionários, em empresas como a PETROBRÁS, a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, Companhia Vale, Grupo Votorantim dentre outras grandes empresas, assim como em outras de pequeno ou médio porte. Isso reflete a busca de parcerias frutíferas entre a Rede e o setor produtivo e a comunidade. (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2009, p. 8)

Pela leitura do Capítulo, conclui-se que os avanços foram muito significativos. Percebe-se que o papel do Governo foi de fundamental importância, pois sempre esteve atento ao desenvolvimento econômico do país, procurando, desta maneira, sancionar medidas que pudessem sanar as necessidades das empresas, fornecendo para isso condições de aprendizagens aos cidadãos brasileiros. Percebe-se que a cada ano mencionado, sempre o Governo esteve atento a criação

de novas unidades de ensino para conseguir suprir a demanda necessária de mão-de-obra especializada.

2 O MUNDO DO TRABALHO, SUAS TRANSFORMAÇÕES E CONSEQUÊNCIAS

O mundo do trabalho está inserido num processo de transformação que fecha perspectivas e abre vias incertas para a sociedade.

Nas últimas décadas, a produção industrial se caracterizou por um duplo processo: tecnologização e globalização, provocando resultados oscilantes e consequências negativas para os países industrializados (ou não).

O crescimento da automação devido às tecnologias da informática, a redução do Estado a Estado mínimo conforme defendem os neoliberais, acarretou o enxugamento também no setor de serviços públicos e conduziu ao desemprego em massa, além de provocar uma reconfiguração da estrutura do trabalho. A forma que tomou o trabalho depende do estado de desenvolvimento da tecnologia. (KAUFMANN, 1999, p. 38).

Surgiu um novo padrão de organização da produção baseado na racionalidade do processo produtivo, não apenas devido ao uso intensivo da eletrônica, generalizado pelas práticas da automação e da informatização, como também, a flexibilização dos processos de trabalho.

Essas mudanças, além de determinarem novas modalidades de produção, gestão e consumo da força de trabalho, provocaram transformações no conteúdo e na qualidade das relações laborais.

Os processos educativos demandados por essa nova sociedade, tanto conduziram a qualificações técnicas requeridas pela reestruturação produtiva, quanto buscaram produzir uma subjetividade capaz de se adequar às formas de organização da sociedade resultante desta nova fase do capitalismo.

A racionalização dos processos produtivos alimentou a competição intercapitalista, reforçou os programas técnicos e a globalização, e passou a requerer um trabalhador com novas características técnicas e socicocompetitivas. Um trabalhador qualificado, polivalente, capaz de exercer funções intelectuais, implicando cada vez mais menos trabalho manual e cada vez mais manipulação de conceitos, de novos hábitos de trabalho, num patamar diferenciado do conhecimento acumulado.

A forma do trabalho assalariado suscitou, por sua vez, uma formação empreendedora, voltada mais para a capacidade de gerar emprego do que de tentar obtê-lo no mercado liberal.

Por um lado, estas transformações tecnológicas especializadas do trabalho passaram a exigir mão-de-obra especializada, levando ao aumento da competição, por outro lado, fez com que a mão-de-obra se tornasse cada vez mais barata, pelo excesso de demanda.

Neste cenário foram incluídas as mulheres, os adolescentes e até mesmo as crianças, uma vez que tudo isso refletiu uma situação de trabalho excludente, ocasionando subempregos e o aumento significativo do trabalho informal.

O que se pode constatar é que a tecnologização e a globalização contribuíram para a valorização do capital e a redução do valor do trabalho, mas provocou o aumento do número de trabalhadores inativos. Em outras palavras, o que se constata é que o desenvolvimento técnico recente diminuiu o número de empregos.

O difícil acesso ao trabalho imposto pelo processo de transformação ocorrido no mercado de trabalho contribuiu para a proletarização da mão-de-obra. Os trabalhadores passaram a ter rendimentos insuficientes para atender às necessidades de sua sobrevivência e de sua família, o que fez proliferar os “biscates”, e as pessoas passaram a aceitar fazer o que quer que seja.

Em contrapartida, o grande número de trabalhadores precários, parciais, temporários, juntamente com o enorme contingente de desempregados, pelo seu maior distanciamento ou mesmo exclusão do processo de trabalho, passaram a ter um papel de menor destaque na sociedade economicamente globalizada. (ANTUNES, 2001, p. 115).

Com efeito, o novo aspecto dos processos educativos dos trabalhadores para que sejam capazes de sobreviver nessa nova sociedade deve ser o de se formarem e/ou se prepararem para o não-emprego.

2.1 A questão do trabalho enquanto reconhecimento social

Os estudos sobre a questão do trabalho no atual contexto econômico têm sido frequentes. As temáticas dizem respeito: ao direito ao trabalho, à seguridade social, à pauperização, à globalização, ao desemprego e aos mínimos sociais, à exclusão do trabalho e à exclusão social.

O impacto da ideologia neoliberal, que exigiu a flexibilização dos direitos dos trabalhadores, a liberação dos preços e das tarifas de serviços, não considerou os problemas decorrentes, resultando nos múltiplos desequilíbrios que afetam todas as esferas da vida social. (KAUFMANN, 1999, p. 32).

De acordo com o autor, o trabalho não é apenas um modo de produzir bens de subsistência, mas igualmente um modo de reconhecimento mútuo, pois a pessoa que não tem um trabalho deixa de ter um reconhecimento social.

Nesse sentido, constitui-se fator importante para a vida social que as atividades sejam executadas em conjunto, o que permite a existência da inserção social.

2.2 A questão do trabalho da criança e do adolescente

Os processos de globalização da economia, da robotização da produção, os ajustes econômicos, a recessão, o desemprego, analisados de maneira breve no item anterior, introduziram um cenário preocupante no que se refere às crianças e adolescentes das populações mais pobres. (ANTUNES, 2001)

De acordo com o autor, embora as estatísticas oficiais apontem para a diminuição do número de crianças e adolescentes trabalhadores no Brasil, os dados pesquisados em 1990 e publicados pelo IBGE, registraram que 7,5 milhões de crianças na faixa etária de 10 a 17 anos trabalhavam. Os dados do PNADs¹ de 1995 apontaram a existência de 7,7 milhões de trabalhadores nessa mesma faixa etária, enquanto que, o PNADs de 2000 constatou a existência de meio milhão de crianças de 5 a nove anos trabalhadoras.

Entretanto, a Constituição Federal Brasileira de 1988 proíbe qualquer tipo de trabalho a menores de 14 anos de idade, a não ser em condição de aprendiz a partir de doze anos.

O Estatuto da Criança e do Adolescente (1990), em seu artigo 67, proíbe o exercício do trabalho de adolescentes nas seguintes condições:

- Noturno — realizado entre 22 horas de um dia e 05 horas do dia seguinte;

¹ Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios.

- Perigoso — insalubre ou penoso, realizado em locais prejudiciais à sua formação e ao seu desenvolvimento, psíquico, moral e social;
- Realizado em horários que não permitam a frequência à escola.

Embora a legislação reconheça que o trabalho precoce produz danos que podem afetar física, psicológica, social e moralmente, ela só será efetivada se a sociedade compartilhar este reconhecimento e pressionar pelo seu cumprimento.

3 A DIFICULDADE DE INSERÇÃO DA JUVENTUDE POBRE NO ATUAL MERCADO DE TRABALHO

Embora pareça um paradoxo, o trabalho ou o direito a ele, que na maioria das vezes não se efetiva, continua tendo um peso bastante determinante para a juventude ou para os adolescentes na sua formação.

As significações do trabalho continuam presente no imaginário social dos jovens, como um referente fundamental na construção de sua identidade social. Identidade esta produto de trajetórias relacionais que pressupõem um processo cultural, social e historicamente construído em sociedade e apreendido cotidianamente.

O trabalho assalariado, ao menos enquanto idealização, continua sendo um parâmetro fundamental a partir do qual são avaliadas e reconhecidas muitas das vivências em sociedade, valorizando-as ou condenando-as, fazendo parte da vida cotidiana das novas gerações. Nesse sentido, tem uma significação no modo como o jovem percebe o seu entorno e é visto por eles e, no caso da juventude pobre, assume conotação identitárias próprias vinculadas às suas possibilidades de existência. (QUIROGA, 2000, p. 441).

Dessa forma, o que se torna necessário resgatar são os significados de atributos que, tendo a ver como os componentes da cultura do trabalho, vêm sendo apropriados pelos jovens, os quais repercutem nas suas várias vivências e nas diferentes esferas da vida social, onde eles se movimentam, vinculados a um trabalho concreto ou à ausência de inserção no mesmo. Estas vivências interferem nos acontecimentos familiares, na escola e no próprio trabalho quando existem, ou seja, nos diferentes espaços de convivência.

Assim, as transformações do mundo do trabalho, que têm trazido tantas modificações no plano cultural, social e econômico, trazem consigo uma nova condição para o mercado de trabalho, caracterizada pela insegurança social que essas mudanças provocam nas pessoas e, principalmente, nos jovens.

A cultura do mundo do trabalho, onde o modelo de trabalho tradicional permanece presente no imaginário social, apesar de pouco vivenciada pelos jovens, tem implicação significativa na (re)construção de sua identidade.

Hoje, os jovens ou os adolescentes vêm apontando para a necessidade de chegarem a uma universidade para conseguirem um trabalho de melhor qualidade, principalmente quando se trata dos jovens de família pobres.

Um fato importante é que os jovens que possuem melhor poder aquisitivo podem participar das mesmas atividades socializadoras durante o período da vida juvenil, pois passam por uma série de experiências que geram um nível de formação ampliado, e entendem melhor as dificuldades de inserção no mercado de trabalho. Já a realidade para os jovens pobres é bem diferente. Estas vivências são escassas, uma vez que a diferenciação ou até mesmo o distanciamento da escola é marcante, aumentando a desigualdade entre as classes sociais.

Os mecanismos para viabilizar a permanência da juventude pobre na escola são mais frágeis fazendo com que a passagem por ela seja precária, e não atinge as metas de escolarização. Os jovens perdem, dessa forma, a oportunidade das vivências significativas no período escolar.

Na realidade, o que se pode observar é que os jovens pobres têm que muitas vezes deixar os estudos para poderem apoiar financeiramente a família, seja trabalhando ou ficando em casa cuidando de irmãos para que os pais possam trabalhar.

3.1 As dificuldades de acesso ao mercado de trabalho da juventude pobre

A dificuldade de acesso ao mercado de trabalho dos jovens de famílias pobres os coloca numa situação preocupante, pois os leva a uma emancipação precoce. Dito de outro modo, o processo de emancipação que, em última instância significa para o jovem sair de casa e assumir sua vida independente da família acontece mais cedo para os jovens pobres. Enquanto que, os que têm mais alto status social e familiar, tende a ter sua saída de casa mais tarde. Isso significa, por outro lado, que a emancipação são mais frequentes quanto mais precário for o nível socioeconômico da família.

Assim, as saídas mais precoces estão vinculadas às famílias efetivamente mais pobres, gerando saídas que podem vir a ser definitivas ou não (como forma de garantir sua sobrevivência) e, muitas vezes, sem retorno por falta de condições de permanência junto às mesmas. (QUIROGA, 2000, p. 445).

Devido às precariedades que envolvem a situação familiar, agravada pela fragilidade das políticas de proteção que lhes são destinadas, os jovens dessas famílias inclinam-se a saírem para as ruas em busca de algum ganho ou mesmo para gastar o tempo à procura de convivências e emoções, mas, ao contrário de uma tendência de épocas anteriores, hoje muitos deles retornam aos seus locais de moradia com as famílias, ampliando sua presença nem que seja apenas para dormir.

Aparentemente, pela visão apenas da saída de casa em idades inferiores, o jovem tende a aparecer como mais 'independente' com relação à suas famílias, pois muitas vezes é através dele que estas 'garantem' a sua sobrevivência, mesmo que essas condições de precariedade em que se dão esses processos e as marcas que deixam, fragilizam possibilidades dos mesmos. (QUIROGA, 2000, p. 445).

É importante destacar que com todas as limitações apontadas de inserção no mercado de trabalho, e com os jovens saindo de suas casas em busca de uma ocupação, nos momentos em que ocupam os espaços públicos são vistos como ameaçadores e recaem sobre eles a censura e a repressão, podendo até mesmo ser estigmatizados: olha-se para um 'flanelinha' com olhos diferentes dos que se olha para um mesmo garoto que está ao lado de sua mãe fazendo compras.

Esta questão, entretanto, deveria ser vista a partir de uma perspectiva de compreensão e não a do desvio, tão presente ainda nos dias de hoje na sociedade brasileira.

Na maioria dos contextos familiares vividos pelos jovens pobres, há uma substituição por parte da sociedade no que se refere aos referenciais que antes se tinha sobre eles: de críticos, contrários ao instituído, desordeiros. Hoje a sociedade os coloca como vítima de um sistema que os exclui como sujeitos de direitos, tendo como consequência o aumento da intolerância com relação aos mesmos.

3.2 Aspectos legais (ECA)

No Brasil, um movimento para a mudança da postura frente à população infanto-juvenil resultou na elaboração do Estatuto da Criança e do Adolescente-ECA em 1990. Este documento significou um grande avanço na compreensão deste

segmento da população, como sujeitos de direitos. No entanto, a sua implementação efetiva está longe de ser universalizada.

Os limites de compreensão da proposta do ECA ainda são grandes. Para alguns segmentos sociais ele é visto como permissivo e acobertador de possíveis comportamentos delituosos por parte da juventude e não como uma nova visão de direitos e da necessidade de proteção integral à infância e à juventude.

Um outro ponto significativo refere-se à relação que o jovem estabelece com o trabalho propriamente dito, a começar pela própria inserção laboral dos pais.

Os pais dos jovens pobres, quando presentes na vida familiar não têm como referência o trabalho assalariado formal, pois estão em sua maioria no mercado informal e passam por amplos períodos de desemprego, o que faz com que seus filhos tenham que, prematuramente, assumir alguma forma de trabalho precarizado para contribuir, às vezes, até assumir a tarefa de provedores da família.

Este fenômeno que é considerado a partir da deteriorização das condições ou condições de trabalho fez emergir novas categorias dos empregos precarizados, dos substitutos eventuais, dos trabalhadores de meio expediente, se configurando como algo constante no universo dos jovens brasileiros.

A exigência de dar respostas às demandas de sobrevivência diária, através de formas precárias de inserção no trabalho, constitui sempre a alternativa que lhes é possível acessar, acompanhada do correspondente abandono escolar que entre os jovens pobres brasileiros sempre foi real e lugar comum. (QUIROGA, 2000).

Para o que nunca tiveram acesso ao trabalho e também para os desempregados, a possibilidade de obtê-lo constitui efetivamente uma ilusão, ou seja, um desejo não realizado.

A constatação dessa idealização do trabalho, que não fica restrita somente aos que não estão trabalhando, pode ter várias interpretações, mas o que parece certo é que o trabalho, como qualquer outro bem, se revaloriza quando se escasseia (SANCHIS, 1991). Assim, dentro da lei do mercado da demanda e da oferta vem adquirindo importância e novos significados.

Para os jovens brasileiros, a convivência com a precariedade é apenas reforçada nas suas trajetórias do trabalho de má qualidade e na ausência de inserção ao mesmo.

Como atributo formador de identidade, tem sua origem e presença em todo o percurso de convivência desde o processo de socialização familiar, escolar ou até

mesmo no trabalho quando o tem, alicerçada em vivências concretas que foram repassadas por uma cultura. (QUIROGA, 2000).

3.3 A socialização do trabalho marcada pela precariedade

De acordo com Quiroga (2000), durante todo esse período decorrido da convivência com a precariedade, que tem início no ambiente familiar, algumas sequelas vão ficando registradas no interior das subjetividades dos jovens pobres por terem vivido e sentido muito de perto, de modo permanente, a instabilidade, a humilhação, a insegurança, a rejeição, o impreciso, a ineficiência, a falta de aprendizado, o baixo nível de desafios ao entendimento do complexo.

Tudo isso faz com que os jovens incorporem menos códigos necessários para transitar numa sociedade onde o seu reconhecimento, tem nela, muitas de suas bases. A socialização no trabalho é marcada pela precariedade não apenas em suas primeiras inserções, mas constituindo algo sequencial.

Experimentando as precariedades, eles se retraem sobre as referências de que dispõem, sem contar com recursos culturais e sociais que lhes permitiriam viver diferentemente sua situação, o que precipita a possibilidade de gerar dificuldades de estabelecimento de vínculos mais estáveis com o mais complexo. (BAJOIT E FANSSEM, 1997).

Isso leva a facilitar a incorporação de uma visão totalizadora e sistêmica, restringindo ou inviabilizando a realização de um projeto conforme as possibilidades existentes potencialmente na sociedade e disponíveis para os segmentos sociais de mais recursos econômicos.

A realidade do jovem pobre brasileiro é viver a insegurança, a instabilidade, a indefinição de lugares, de tarefas, de exigências em suas experiências de trabalho, fazendo com que convivam com períodos de trabalho intercalados por longos períodos de desemprego, resultando numa socialização e internalização do transitório marcado pela precariedade. Isto reflete uma quebra da perspectiva de continuidade, de valores de longa duração, criando uma ideia de vida composta de descontinuidades.

Com isso, o ideário do longo prazo está rompido na prática de sua existência e as novas referências são advindas das oscilações do trabalho, que levam a uma

maior aceitabilidade do trabalho informal, pois o jovem passa a ter consciência de que poder ser mais rendoso.

Por fim, o trabalho por um lado é uma via não apenas de ganhar dinheiro, mas de reconhecimento social e auto-realização. Por outro lado, para muitos, devido à inserção tardia, traz o rebaixamento e a falta de acesso a profissionalização que vão modelando de modo diferenciado a identidade pessoal e social do jovem pobre como sujeito de direitos, de respeito, de reconhecimento, de justiça, de dignidade, de honra. Atributos estes, cujos conteúdos guardam relação com a possibilidade do trabalho ser muito mais do que o instrumento de sobrevivência material, mas que possa se constituir para o jovem, numa condição positiva de formação de sua identidade.

4 A CIDADE DE LIMEIRA E A EDUCAÇÃO PROFISSIONALIZANTE

O presente Capítulo tem como objetivo apresentar a cidade de Limeira e as parcerias estabelecidas entre a Prefeitura e instituições de Ensino instaladas na cidade.

Será apresentado um pequeno resumo da localização da cidade e das indústrias presentes. A presença de grandes indústrias na cidade exige cada vez mais mão-de-obra qualificada, motivo pela qual a cidade abriga algumas instituições de ensino públicas e particulares.

Muitas das informações contidas nesse Capítulo foram extraídas do site oficial da cidade, cujo endereço eletrônico é <www.limeira.sp.gov.br>.

Com o intuito de fornecer qualificação a classe baixa, a Prefeitura mantém convênios com algumas instituições de ensino, tais como o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial — SENAC, o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial — SENAI e outras.

Na verdade, existe um tripé de relacionamento entre as Instituições de Ensino Profissionalizante, Prefeitura Municipal e empresas.

4.1 Conhecendo a Cidade

O município de Limeira está situado a 154 Km a noroeste da capital paulista, na região leste do Estado de São Paulo. A cidade pertence à Região Administrativa de Campinas e constitui-se na sede da Região de Governo que tem o seu nome, composta por oito municípios: Araras, Leme, Limeira, Pirassununga, Cordeirópolis, Conchal, Santa Cruz da Conceição e Iracemápolis.

O território da cidade de Limeira é cortado no sentido N-S pela Via Anhangüera, considerada a principal rota de ligação entre a Capital e as regiões Norte e Centro de São Paulo. Na verdade, a cidade de Limeira ocupa uma posição privilegiada em meio a um importante entroncamento rodo-ferroviário (Via Anhanguera; Rodovia dos Bandeirantes; Rodovia Washington Luís; Limeira-Piracicaba; Limeira-Mogi-Mirim; FERROBAN), dista 58 Km de Campinas, 29 Km de Piracicaba, 25 Km de Rio Claro, 20 Km de Americana e 50 Km de Mogi-Mirim.

A cidade de Limeira faz divisa com Cordeirópolis e Araras, ao Norte; Engenheiro Coelho, Arthur Nogueira e Cosmópolis, a Leste; Americana e Santa Bárbara D'Oeste, ao Sul e Piracicaba e Iracemápolis, a Oeste.

Pertencente à Bacia Hidrográfica do Piracicaba, sendo três seus principais cursos d'água internos o Ribeirão do Tatu, Ribeirão da Geada e Ribeirão do Pinhal, e como limite ao Sul, o Rio Piracicaba. (LIMEIRA, 2012).

4.2 Desenvolvimento do Comércio e da Indústria na cidade de Limeira

A Fazenda Ibicaba, por volta do ano de 1850, produzia carroças e instrumentos agrícolas e, durante a Guerra do Paraguai, até mesmo produziu apetrechos para os soldados. A Fazenda Ibicaba é considerada a primeira indústria limeirense. (LIMEIRA, 2012).

Entre os anos de 1907 e 1922 algumas empresas surgiram na cidade de Limeira, tais como Chapéus Prada, em 1907; a Café Kühl, em 1920; e a Indústria de Papel Santa Cruz, em 1922, atual Ripasa Celulose e Papel. (LIMEIRA, 2012).

Com o grande impulso do florescimento da citricultura entre as décadas de 1940 a 70, foram instaladas na cidade a Citrobrasil, em 1940; e a Citrosuco, em 1966. (LIMEIRA, 2012).

No ano de 1945, após a Segunda Guerra Mundial, surge na cidade de Limeira a Freios Varga, a atual TRW. No ano seguinte, surge a Rodas Fumagalli, atual Arvin Meritor. Ambas as empresas surgiram apoiadas no brande desenvolvimento da indústria automotiva. (LIMEIRA, 2012).

A partir da década de 1970, uma expansão começou a sofrer o parque industrial da cidade de Limeira, momento em algumas empresas multinacionais se instalaram no município, tal como a empresa japonesa Ajinomoto. Ocorre também nesta década, a fusão da Fumagalli junto ao grupo americano Rockwell, mais precisamente no ano de 1974. Em alguns anos mais a frente, ocorre também a fusão da Freios Vara ao grupo inglês Lucas, no ano de 2000. (LIMEIRA, 2012).

Atualmente, a cidade é destaque na produção de joias e folheados a ouro, sendo que quase metade da produção do setor no Brasil é destinada para o mundo. A produção de artigos de joias responde por quase metade da produção brasileira

messe setor. Suas joias são distribuídas para todo o mundo, o que atrai compradores de vários locais do globo..

Quanto ao comércio, o setor comercial da cidade de Limeira conta com 4000 estabelecimentos comerciais e 3000 prestadoras de serviços. Na cidade há um shopping center na região central, o Shopping Pátio Limeira, que possui como lojas âncoras: Lojas Americanas, Marisa, C&A, Renner e Centauro, além de contar com 4 salas de cinema. Esse mesmo shopping passa por projeto de expansão, onde no futuro terá mais uma sala de cinema e um prédio comercial.

Um outro shopping ainda está localizado na cidade, que após o processo de compra pela Prefeitura e posterior leilão, foi adquirido pelo valor de R\$11,2 mi pela empresa MV1 Empreendimentos e Participações Ltda., a inauguração está prevista para o segundo semestre de 2012. O projeto é de contar com 200 lojas, dentre essas algumas âncoras, e mais opções de lazer, como cinema. O Limeira Shopping Center passará a se chamar Shopping Center Limeira. (LIMEIRA, 2012).

Há ainda um novo shopping, chamado Shopping Nações, que está sendo construído na rodovia Limeira/Piracicaba, próximo à Rodovia dos Bandeirantes. O projeto do estabelecimento conta com 28mil m² e terá 180 lojas, sendo finalizado em abril de 2013. A administração do shopping ficará por conta da empresa Vertigo. Além do shopping, fazem parte desde empreendimento um hotel com 160 quartos, um centro de convenções e um condomínio residencial.

Existe também um grande número de empresas no ramo de mercados na cidade de Limeira, tais como os hipermercados: Walmart, Enxuto e Carrefour (em fase de instalação); e os as redes de supermercados locais, tais como: Sempre Vale, Dia Brasil, Covabra, Rede Econômica e outros de menor porte. (LIMEIRA, 2012).

4.3 Instituições de Ensino na cidade de Limeira

De acordo com o site da cidade, Limeira dispõe de 30 escolas estaduais e uma rede de escolas municipais espalhadas pelos bairros que atendem mais de 17 mil alunos.

A cidade de Limeira dispõe também de 46 instituições particulares de ensino. Conforme dados do INEP no ano de 2000, a taxa de analfabetismo da cidade é de 6,25%.

■ ENSINO SUPERIOR

A cidade de Limeira abriga dois campi da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). No primeiro campus está instalada a Faculdade de Tecnologia (FT), conhecido antigamente como Centro Superior de Educação Tecnológica (CESET), responsável pelos cursos superiores tecnológicos.

No novo campus da Unicamp estão instaladas a Faculdade de Ciências Aplicadas (FCA), a qual foi implantada no ano de 2009 com dez cursos. A novidade do projeto pedagógico desse campus é a de um Núcleo Básico Geral e Comum de matérias para todos os cursos, cuja duração é de três anos, sendo o último ano específico de cada curso. Este novo campus não está totalmente instalado, estando ainda em fase de implantação, mesmo assim já recebe alunos para os seus diversos cursos. (LIMEIRA, 2012).

Estão instaladas também na cidade de Limeira algumas instituições particulares de ensino superior, tais como:

- Faculdade de Administração e Artes de Limeira — FAAL;
- Faculdade Comunitária Anhanguera Educacional — FAC;
- Faculdades Integradas Einstein de Limeira — FIEL;
- Instituto Superior de Ciências Aplicadas — ISCA;
- Universidade Estadual de Campinas;
- Universidade Paulista (UNIP);
- Universidade Internacional de Curitiba — UNINTER.

■ ENSINO TÉCNICO PROFISSIONALIZANTE

A cidade de Limeira abriga o campus da UNICAMP conhecido como COTIL — Colégio Técnico de Limeira, o qual é dirigido pela própria Universidade Estadual de Campinas, oferecendo diversos cursos técnicos profissionalizantes. Esse é o colégio de renome na cidade, sendo o mais almejado pelos jovens que concluem o nono ano escolar. Muitos alunos se preparam o ano todo para tentar ocupar uma das vagas oferecidas mediante acirradíssimo processo seletivo.

O colégio oferece cursos técnicos de Mecânica, Enfermagem, Informática, Construção Civil, Agrimensura e Qualidade e Produtividade. O Colégio possui

parcerias com empresas da cidade, as quais solicitam estagiários. Os estudos nesse Colégio são gratuitos.

Quanto aos cursos técnicos profissionalizantes particulares, a cidade de Limeira abriga o SENAC — Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial, oferecendo diversas opções, tais como: cursos das áreas como Administração e Negócios, Segurança Ocupacional, Bem Estar, Informática, Comunicação, Design e muitos outros. Abriga também o SENAI — Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial, com seus diversos cursos voltados para as indústrias.

Há ainda mais escolas técnicas na cidade, onde destacam-se a Escola Técnica Estadual Trajano Camargo, mantida pelo Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza e as instituições particulares Colégio Santo Antônio, Colégio Einstein, Colégio Objetivo, Colégio São José, Procotil e Colégio Portinari e Colégio Tarsila do Amaral.

4.4 Parcerias da Prefeitura Municipal visando o Ensino Técnico Profissionalizante

As parcerias apresentadas a seguir foram acordadas entre órgãos da Prefeitura Municipal de Limeira junto a algumas instituições de ensino e indústrias. Serão citadas sobretudo aquelas que dão oportunidade ao primeiro emprego a muitos jovens que estudam ou terminaram o Ensino Médio.

■ PROGRAMA EDUCAÇÃO DO TRABALHO / PROJETO APRENDIZ

Acordo entre: CEPROSOM, SENAC E INDÚSTRIAS

O Decreto em referência, publicado em 2 de dezembro de 2005, regulamenta as disposições dos arts. 428 e 429 da Consolidação das Leis do Trabalho, referentes à contratação de menores aprendizes, assim considerados o maior de 14 e menor de 24 anos (de acordo com o Decreto mencionado) e que celebre o Contrato de Aprendizagem, nos termos da lei. Prevê o citado dispositivo legal que os estabelecimentos de qualquer natureza são obrigados a empregar e matricular nos cursos dos Serviços Nacionais de Aprendizagem (Industrial, Comercial, Rural, do Transporte ou do Cooperativismo) número variável entre 5% e 15% dos trabalhadores de cada um de seus estabelecimentos, cujas funções demandem formação profissional. <<http://www.lopesdasilva.adv.br/cartilhas/edicao1.pdf>>

Em cumprimento a Lei do Aprendiz, Lei do Aprendiz Decreto nº 5.598 de 01 de dezembro de 2005, citado anteriormente, existe um acordo entre a Prefeitura Municipal de Limeira, por meio do CEPROSOM — Centro de Promoção Social Municipal, SENAC e empresas.

Todo ano, o CEPROSOM realiza uma triagem junto a adolescentes carentes que se inscreveram para participar do PET — Programa Educação para o Trabalho. Mediante a aplicação de uma prova com conhecimentos gerais e específicos de língua portuguesa e de matemática, os adolescentes selecionados passam a ser alunos do SENAC no período de 01 Ano, participando de diversos módulos de aprendizagem, estudando três vezes na semana, com carga horária total de 12 horas semanais. (NICOLAU, 2007).

Passada essa etapa, os jovens são encaminhados para uma experiência junto às empresas comerciais ou industriais da cidade de Limeira para possível seleção para compor as salas da Aprendizagem, momento em que o adolescente passa a ser chamado de Aprendiz.

Participam do PET anualmente uma média de 400 alunos, e somente são selecionados 80 alunos para comporem duas turmas de Aprendizes. Geralmente quem faz a escolha desses alunos são as empresas no momento em que, enquanto estagiários do PET, demonstraram aptidões para participarem do Quadro de Colaboradores das empresas onde estagiaram.

Promovidos para a Aprendizagem, esses alunos deverão frequentar a escola de Ensino Médio no período noturno, pois durante o dia eles cumprirão jornada de trabalho dentro da empresa contratante de segunda à sexta, e três vezes na semana, num total de 09 horas semanais, deverão comparecer ao SENAC para novos cursos. De acordo com Nicolau (2007), esses momentos de estudos formativos são pagos aos alunos como hora de trabalho. As faltas são anotadas no final do mês e descontadas do salário que recebem da empresa.

Nicolau (2007) salienta que o Programa Aprendiz tem se mostrado muito eficaz na cidade de Limeira, pois os jovens, ao terminarem o ciclo dentro do SENAC, saem completamente diferentes da maneira pela qual entraram. É muito comum as empresas contratarem esses alunos quando finda o período da Aprendizagem.

■ PROGRAMA ESCOLA DO TRABALHO

Acordo entre: CEPROSOM, SENAC, SENAI, CAMPL E INDÚSTRIAS

O CEPROSOM corresponde a uma autarquia da Prefeitura que move projetos como a Escola do Trabalho e ações junto ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, por meio da Assistência Social (Proteção Básica). Dentro do município, a coordenação de proteção básica tem a função de orientar as crianças e jovens para que tenham uma formação pessoal voltada para a ética e cidadania. Para tanto, profissionais como pedagogos, psicólogos e assistentes sociais realizam um acompanhamento dos alunos que estão dentro da instituição parceira. (LIMEIRA, 2012).

O CEPROSOM realiza triagem de jovens carentes e encaminha alguns para fazer cursos dentro do Programa Escola do Trabalho, mantido pela Prefeitura Municipal de Limeira.

As instituições de Ensino da cidade que participam desse Programa são:

- SENAI — Com o Programa Despertando potencialidades;
- SENAC — Com o Programa Protagonista da cidadania;
- Centro de Aprendizado Metódico e Prática de Limeira — CAMPL.

Pelo SENAI, os cursos que estão disponíveis para os jovens acompanhados são: mecânica de auto, mecânica de usinagem, eletricitista e instalador e auto cad.

No SENAC, os cursos que estão disponíveis são marketing, informática, secretariado, telefonista, recepcionista, auxiliar o comércio, manicure e outros.

No CAMPL, são oferecidos cursos sobretudo na área administrativos e de atendimento a clientes.

São cursos que encontram o mercado aquecido e muitas empresas vem até esses parceiros para encontrar mão-de-obra. (LIMEIRA, 2012).

■ PROGRAMA PRÓ JOVEM

Em funcionamento em Limeira encontra-se o PROJÓVEM ADOLESCENTE, Projeto Federal em vigor desde 2008. Ele atende jovens de 15 a 17 anos, em 04

CRAS — Centro de Referência da Assistência Social espalhados pelo município, com capacidade total para 100 vagas, em média 25 em cada unidade. (LIMEIRA, 2012).

O foco é formar jovens em cursos de capacitação voltados para a cidadania, o que inclui além dos eixos temáticos (convivência social, mundo do trabalho e participação cidadã), cursos de inclusão digital (informática) que serão ministrados na Escola do Trabalho, bem como artes (aulas de teatro e afins). (LIMEIRA, 2012).

■ PROGRAMA AÇÃO JOVEM

O AÇÃO JOVEM é um projeto Estadual que tem como objetivo incentivar o estudo entre jovens até 24 anos, que recebem pela renda cidadã uma bolsa de R\$ 80,00. Mensalmente as famílias têm reunião com as assistentes do CRAS para levar os comprovantes de estudo e/ou trabalho. As reuniões são também de orientação para os pais. Alguns adolescentes fazem curso no SENAC/SENAI. É preciso comprovar que o aluno está no Ensino Médio ou EJA — Educação de Jovens e Adultos. (LIMEIRA, 2012).

■ CONHECENDO O CAMPL DE LIMEIRA

De acordo com Julio (2002), os patrulheiros são conhecidos como uma entidade chamada Círculo de Amigos do Menino Patrulheiro de Limeira (CAMPL), que pertence a uma Federação Nacional, constituída por mais de trinta entidades de patrulheiros, espalhadas por vários estados do Brasil.

Segundo os princípios do patrulheirismo, trata-se de uma obra dedicada ao setor preventivo, que agrega jovens do sexo masculino e feminino, numa faixa etária compreendida entre quatorze a dezoito anos, atendendo uma população de baixa renda (3 salários mínimos). (JULIO, 2002).

Os jovens ao ingressarem no CAMPL passam a vê-lo como uma grande família e como possibilidade de alcançarem uma qualificação profissional. São jovens carentes, geralmente migrantes, moradores na periferia da cidade, sem acesso a qualquer tipo de capacitação profissional, que lhes possibilite uma melhoria

de vida.

De acordo com a autora, esta entidade tem como finalidade prevenir a exclusão social do adolescente carente e possibilitar sua integração na sociedade. Pode-se concluir que o patrulheirismo é um caminho para obtenção de resultados positivos em curto prazo.

O patrulheirismo tem uma filosofia educacional direcionada ao campo da assistência social e formação profissional dos jovens desassistidos, com a finalidade de integrá-los na sociedade a partir do trinômio: Educação — Recreação — Trabalho.

Pela recreação são dados os primeiros passos para a integração na sociedade, a fim de moldar o caráter e a personalidade dos jovens, completando a sua socialização positiva para o trabalho.

De acordo com Julio (2002), os critérios de elegibilidade para admissão são:

- Estar cursando pelo menos a 6ª série do Ensino Fundamental no período noturno;
- Estar na faixa etária até 14 anos;
- Prestar exames de admissão, através de uma prova seletiva;
- Realizar entrevista com as assistentes sociais.

Ainda conforme a autora, atualmente a entidade é considerada uma ONG, pois não tem vínculos financeiros com o poder público quanto às verbas destinadas a instituição. São as empresas de Limeira as parceiras sócio-colaboradoras (mantenedoras), mais ou menos 100 empresas, as quais contratam os serviços dos patrulheiros.

A parceria com a Prefeitura Municipal de Limeira conta a oferta de cerca 70 estagiários, de diferentes níveis de escolaridade, os quais prestam serviços para o município.

Existe também parceria com o Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) e Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente (CMDCA). A entidade trabalha com uma equipe multidisciplinar: assistente social, psicóloga, entre

outros. Assim, a ênfase é voltada para a área da educação, por meio de cursos profissionalizantes para que os jovens adquiriram prontidão para o aprendizado profissional, e capacitação para enfrentar os desafios do atual mercado de trabalho.

O trabalho realizado pelo Serviço Social na entidade

Como já mencionado anteriormente, além de oferecer cursos profissionalizantes, o CAMPL presta também cuidados de serviço social aos seus usuários. (JULIO, 2002).

O Serviço social no patrolheiro dedica-se ao atendimento dos usuários realizando:

- Processo seletivo para ingresso à instituição — aplicação dos critérios de elegibilidade, como: seleção sócio-econômica dos aspirantes a patrolheiros;
- Entrevista inicial com o adolescente e a família para ingressar na entidade;
- Seleção sócio-econômica dos aspirantes a patrolheiros;
- Acompanhamento de casos especiais assistidos, como: gravidez, acidente de trabalho, infrações (não cumprimento das regras estabelecidas pelo CAMPL);
- Plantão social de atendimento e encaminhamento dos usuários e família para outros serviços;
- Acompanhamento de todos os casos;
- Encaminhamento dos casos atendidos aos recursos próprios da entidade e também da comunidade, como: odontológico, médico (SUS / HELPMED / MEDICAL);

- Entrevista de desligamento da entidade por completar a maioridade e outros;
- Declarações e acompanhamentos escolares;
- Contatos telefônicos com as empresas;
- Visitas domiciliares;
- Visitas hospitalares;
- Trabalho de conscientização, sensibilização e acompanhamento junto às empresas sócio-colaboradoras para contratação de patrulheiros próximos à maioridade (ênfatizando o Cap. V do ECA);
- Controle de demissão e desligamento dos patrulheiros e aspirantes;
- Aquisição de recursos das empresas para os usuários (alimentação, cestas básicas, vales transportes, atendimento médico e hospitalar);
- Conscientização das empresas para efetivação dos patrulheiros por maioridade ou após 12 meses de estágio prático;
- Encaminhamento dos patrulheiros às empresas para realização de estágio prático supervisionado;
- Triagem trimestral de vale-transportes e cesta básica;
- Relatório mensal de atividades;
- Levantamento estatístico mensal de todas atividades realizadas;
- Reuniões de abertura e encerramento dos Cursos de Suprimento (ênfoque social);

- Avaliação de desempenho de patrulheiros em estágios, considerando aspectos: atividades, relacionamento interpessoal, execução de tarefas, pontos positivos e negativos, sugestões de melhora no desenvolvimento, cursos realizados, participação de atividades culturais na empresa e/ou avaliar as causas de quedas de desempenho. Após o estudo do caso, solicitado o adolescente para orientação social;
- Acompanhamento e orientação de voluntários, para competições esportivas ou trabalhos comunitários.

De acordo com as atribuições descritas por Julio (2002) a respeito do papel do Serviço Social, percebe-se que o atendimento oferecido aos adolescentes é muito enriquecedor, pois o acompanhamento aos alunos não se restringe somente no momento em que estão em sala de aula, se estendendo também quando estes fazem parte do quadro de funcionários das empresas.

5 PESQUISA: PREPARAÇÃO PARA O TRABALHO NO CÍRCULO DE AMIGOS DO MENINO PATRULHEIRO DE LIMEIRA

O presente capítulo tem objetivo apresentar uma entrevista realizada por Julio (2002) junto aos alunos do Círculo do Amigo do Menino Patrulheiro da cidade de Limeira. Tal pesquisa foi realizado no ano de 2002.

A assistente social Julio se interessou pelo tema dessa pesquisa devido a sua preocupação em compreender como os jovens carentes se articulam no mercado de trabalho, uma vez que a atual situação econômica do país revela um índice elevado de desemprego.

O interesse pelo CAMPL decorreu devido a um estágio de observação que a assistente social realizou nesta entidade quando era estudante de Serviço Social, momento em que pôde notar a importância e a seriedade pela qual a mesma trabalha com os jovens carentes. Nessa entidade, são oferecidos cursos e atividades como suporte para o enfrentamento da difícil realidade econômica do país, tentando através do ensino profissionalizante inseri-los no mercado de trabalho.

5.1 Procedimentos da pesquisa

A assistente social Julio (2002) realizou uma pesquisa qualitativa, onde pôde coletar depoimentos de jovens carentes que na época já tinham frequentado ou ainda frequentavam o ensino profissionalizante no CAMPL, a fim de verificar a vivência desses alunos durante a realização dos cursos.

O estudo foi efetivado por meio de entrevistas, a partir de um roteiro pré-elaborado, marcadas na residência de cada entrevistado, com horário previamente marcado, no período de uma semana, no mês de outubro de 2002, respeitando o princípio ético da preservação da identidade e o direito da recusa dos jovens.

Na época da entrevista, foram entrevistados quatro jovens de 15 a 19 anos de idade, de ambos os sexos, sendo dois já eram desligados do CAMPL e dois que ainda frequentavam a entidade. Na época, todos os jovens entrevistados trabalhavam em concessionárias automotivas.

O roteiro constituiu-se nas seguintes questões:

1. Você estuda?
2. Faz quanto tempo que você está no CAMPL?
3. Como você se vê antes e depois de entrar no CAMPL?
4. Você acha importante o ensino profissionalizante do CAMPL?
5. Existe algo no CAMPL que poderia ser incluído?
6. Como você vê o processo de seleção na disputa por uma vaga? Vocês se sentem como adversários?
7. Como você foi recebido pela empresa em que foi encaminhado?
8. Vocês seguem um regulamento dentro do CAMPL?
9. Como é o relacionamento entre os patrulheiros durante o período dos cursos?
10. Há contato entre vocês após o período de capacitação?
11. A questão do sexo influencia na vaga para o emprego?

5.2 Resultados e discussão da pesquisa junto aos patrulheiros

Os resultados obtidos nos estudos serão apresentados a seguir:

PERGUNTA 01

Você estuda?

- Sim, faço produtividade e qualidade no Cotil. (Pedro, 16 anos).
- Sim, estudo no ISCA no curso de Ciências Contábeis. (Luiza, 18 anos).
- Sim, estudo no Cotil e faço Qualidade e Produtividade. (André, 17 anos).
- Sim, estudo no Cotil e faço Edificações. (Renata 15 anos).

Nota-se que todos os adolescentes entrevistados ainda estavam estudando, até os que se desligaram do CAMPL. Percebe-se que este fator foi muito importante, pois demonstrou que eles ainda continuavam lutando em busca de crescimento social, cultural e principalmente profissional. Um deles já estava cursando Nível

Superior e os outros estavam cursando técnico no Colégio da UNICAMP instalado na cidade, o qual exige um vestibular para ingresso.

PERGUNTA 02

Faz quanto tempo que você está no CAMPL?

— Faz um ano e meio que estou no patrulheiro, e que eu trabalho faz 01 ano. (Pedro, 16 anos).

— Já me formei, agora estou como estagiário. (André, 17 anos).

— Já me formei, fui efetivada pela empresa. (Luiza, 18 anos).

— Sou patrulheira ainda, faz mais ou menos 01 ano que sou patrulheria, e estou estagiando. (Renata, 15 anos).

Verifica-se que dois entrevistados ainda frequentavam o CAMPL, e dois já haviam se desligados, porém todos já estamos dentro de alguma empresa.

Um fato interessante que se pôde notar é que uma das entrevistadas foi efetivada pela empresa na qual fez o estágio, isso significa que, especificamente, no seu caso, o curso e o encaminhamento do CAMPL foi bem sucedido. Um outro fato é que num prazo de um ano a um ano e 06 meses eles já conseguem uma vaga para poderem por em prática tudo o que aprenderam no curso.

PERGUNTA 03

Como você se vê antes e depois de entrar no CAMPL?

— Você começa a ver as coisas de outra maneira, peguei mais responsabilidade e parei de zueira. (Pedro 16 anos).

— Você muda completamente, passa a ter responsabilidades. (André, 17 anos).

— No patrulheiro você entra super criança, com 13 ou 14 anos, não sabe nada da vida, você acaba amadurecendo no estágio, onde você passa a conhecer dentro da empresa as coisas que você aprendeu no patrulheiro. (Luiza 19 anos).

— Quando eu entrei não pensava nem em trabalhar, só de ficar brincando, hoje sei que é preciso ajudar os meus pais, comecei a dar outro valor para o dinheiro, e não pretendo parar. (Renata 15 anos).

Todos os jovens declararam que depois que entraram no CAMPL adquiriram mais responsabilidade e amadurecimento, quer seja pela entidade ou pelas vivências na empresa a qual passaram a trabalhar.

PERGUNTA 04

Você acha importante o ensino profissionalizante do CAMPL?

— Bom, eu acho que é importante, só que acho mesmo que é pra ver se você tem capacidade para aprender e também ver se dá para confiarem você. Nós só começamos a aprender mesmo quando entramos na empresa e também dependendo do que você for fazer lá. (Pedro 16 anos).

— No Patrulheiro você aprende o básico do básico, é mais pra ver mesmo se você tem capacidade, mas eu acho muito importante ter este ensino, pois ajuda a gente a arrumar um emprego. (André, 17 anos).

— Eu acho muito bom, pois você entra lá criança de tudo e aprende a ver o mundo diferente, com mais responsabilidade, e aprende a obedecer horários e seguir normas desde de cedo (Luiza, 19 anos).

— Olha, se não fosse pelo patrulheiro eu não sei se estaria trabalhando hoje onde eu estou... impossível não achar importante. (Renata, 15 anos).

Nestes depoimentos, nota-se que em relação à importância da entidade os jovens se sentiam satisfeitos, tanto no sentido da aprendizagem no decorrer do processo, quanto na possibilidade de um emprego, ou seja, eles encaravam o CAMPL como uma possibilidade de ascensão profissional.

PERGUNTA 05

Existe algo no CAMPL que poderia ser incluído?

— Deveria aumentar, expandir, tem muita gente que procura e não consegue vaga, e até mesmo depois que se forma não tem mais empresas contratando, aí fica parado. (Pedro, 16 anos).

— Sempre tem coisas a acrescentar. Acho que deveria ter mais oficinas porque muitas coisas que você aprende lá na realidade são diferentes. Só que como patrulheiro o caminho é mais fácil para se arrumar um emprego, isso não há como negar. (Luiza, 19 anos).

— Falta resolver o acompanhamento até os 18 anos como patrulheiro, porque depois que a gente se forma tem um desligamento, mas já sei que eles estão tentando resolver. (André, 17 anos).

— Eu acho que deveria ter mais entidades aqui em Limeira, pois tenho muitos amigos que precisam e não conseguem vaga, mesmo que o salário seja pouco, mas já ajuda. Seria bom mais vagas para que muitos de minha idade não precise ficar pedindo na rua. (Renata 15 anos).

Nota-se três importantes sugestões feitas pelos entrevistados. Uma delas é a necessidade do aumento do número de entidades com o mesmo intuito do CAMPL, pois realmente a procura é grande, e infelizmente uma entidade só não consegue atender a demanda.

Uma outra sugestão foi que se deveria ampliar os cursos fazendo mais oficinas, porém ainda a entidade não contava com espaço físico e nem tinha suporte financeiro para efetuar esta ampliação. E por último, o problema do acompanhamento depois do desligamento. Quando o jovem é desligado o seu contrato como estagiário vence e a empresa pode não querer efetivá-lo, e assim, perde o serviço. Este é um dos problemas que a entidade estava tentando resolver.

PERGUNTA 06

Como você vê o processo de seleção na disputa por uma vaga? Vocês se sentem como adversários?

— Primeiro fui selecionado pela nota. Aí fui para a entrevista. Se eu não passasse, já tinham outros adolescentes para a entrevista. (Pedro, 16 anos).

— Você passa por uma entrevista, depois eles vêm suas notas e se seu perfil está adequado para aquela empresa. (Luiza, 19 anos).

— Passamos por entrevista, depois pela nota. Quem tiver a melhor nota é selecionado, se você não passar, haverá outra ainda oportunidade. (André, 17 anos).

— Fui entrevistada, depois viram o meu perfil e minhas notas. (Renata 15 anos).

Todos os entrevistados passaram pelo mesmo processo de seleção, sem distinção alguma, isso mostra a seriedade com que é feito este trabalho pela assistente social.

PERGUNTA 07

Como você foi recebido pela empresa em que foi encaminhado?

— Desde quando a empresa faz um contrato com o patrulheiro, ela já sabe que terá que contratar adolescentes. A empresa me recebeu muito bem. (Pedro, 16 anos).

— Fui bem recebido, tiveram bastante paciência comigo, pois eu não sabia quase nada do serviço. (André, 17 anos).

— No meu primeiro estágio fui recebida que nem uma criança. Não se importavam se eu tinha capacidade ou aprendido alguma coisa, fiquei oito meses lá e quis sair e arrumar outro estágio que eu pudesse mostrar que tinha aprendido e tinha capacidade de exercer um bom trabalho. Mas quando você tem apenas 15 anos não te dão credibilidade, acha que você não vai para frente, tanto é que encontrei com meu ex-patrão e ele disse que não imaginava que eu estaria tão mudada e fazendo uma faculdade. (Luiza, 19 anos).

— Sim, fui bem recepcionada. (Renata 15 anos).

Nota-se que dos quatro depoimentos, pelo menos três tiveram uma boa recepção por parte do contratante, o qual lhes proporcionou ensinar o serviço com paciência e, principalmente, com respeito. Porém, a Luiza não teve a mesma sorte, fôra tratada como criança como ela mesma expôs, só que não desistiu, esperou outra oportunidade para mostrar seu profissionalismo, e o que tinha aprendido no CAMPL. Esta atitude ela teve com apenas 15 anos, será que um jovem de 15 anos que não tivesse vivenciado o mesmo que ela no CAMPL teria esta mesma atitude?

PERGUNTA 08

Vocês seguem um regulamento dentro do CAMPL?

— Não podemos ficar sem uniforme. Todo sábado tem que fazer educação física. Pelo menos tem que ir 3 sábados por mês, e tem que ter boa conduta sempre. (Pedro, 16 anos).

— Nós temos, sim, normas dentro da entidade e temos que segui-las, como obedecer a horário, usar uniforme, entre outros. (André, 17 anos).

— Quando estamos em curso temos normas a seguir, principalmente andar com os uniformes, e são muito rigorosos com horário. (Luiza, 19 anos).

— Sim, temos que usar uniforme, fazer educação física e obedecer a horários, (Renata, 15 anos).

Segundo os relatos, dentro do CAMPL existem normas para serem seguidas. Isso é muito importante, pois através de normas os jovens podem adquirir responsabilidade desde de cedo. É uma forma de conviverem com limites, até mesmo porque se a entidade não tiver normas ela jamais será respeitada perante seus usuários e pela sociedade.

PERGUNTA 09

Como é o relacionamento entre os patrulheiros durante o período dos cursos?

— Todos são bem unidos, ali não tem competição. Se você tiver concorrendo uma vaga com um amigo seu e você passar e ele não, ele sabe que terá outra chance, é normal, e, às vezes, pode até conseguir um lugar melhor. Isso é algo que sempre acontece. O relacionamento de lá é diferente da escola. Lá na escola o pessoal quer mais zoar e no patrulheiro o pessoal é mais responsável, sabe o que quer, são pessoas que querem futuramente independência dos pais ou ajudar eles. (Pedro, 16 anos).

— No curso a gente é bastante amigo. Um fica torcendo pelo outro na entrevista, e quando alguém consegue todo mundo fica feliz. (André, 17 anos).

— Quando estamos em curso não tem rivalidade, todo mundo gosta de todo mundo, um torce pelo outro, (Luiza, 19 anos).

— Somos todos amigos e um torce pelo outro. (Renata 15 anos).

O relacionamento destes jovens é de bastante união. Fica claro que é trabalhado com eles o fato de que ninguém ali é adversário de ninguém, e este trabalho de conscientização foi bem elaborado e aceito por partes dos jovens, pois os quatro falaram praticamente as mesmas coisas e que na verdade se importam também uns com os outros.

PERGUNTA 10

Há contato entre vocês após o período de capacitação?

— Quando termina o período de curso a gente se vê ainda na educação física. Têm muitos patrulheiros na Prefeitura; na Meritor tem 20, eles já têm com quem conversar mais, sempre se vêem. No caso de alguns, como eu, não se vêem dia-a-dia. (Pedro, 16 anos).

— Tenho muito pouco contato com os ex-patrulheiros. As pessoas que ainda tenho contato são as que estão estudando comigo. Eu sei que a maioria está trabalhando e principalmente fazendo o que gosta (Luiza, 19 anos).

— Não tenho mais contato com as pessoas que eu fiz o curso. (André, 17 anos).

— Quando o curso acabar, nós vamos nos ver só na educação física. (Renata, 15 anos).

Observa-se que o contato deles após o curso fica restrito. Os que ainda frequentam só se vêem quando estão na educação física, enquanto os que já se

desligaram, só se têm contato com os estagiários que foram encaminhados para a mesma empresa.

PERGUNTA 11

A questão do sexo influência na vaga para o emprego?

— Depende da vaga que você está concorrendo. Geralmente são contratadas mais meninas, tem mais vagas de serviços para elas, como telefonista, recepcionista e eles vão mais pela aparência física também e a entidade já fala que é para se arrumar antes da entrevista para dar uma boa impressão. (Pedro, 16 anos).

— Olha, eu acho que pra meninas é mais fácil porque o trabalho para o sexo masculino está mais difícil de arrumar. (André, 17 anos).

— Isso vai muito da ética da empresa, mas geralmente meninas conseguem mais vagas do que meninos. (Luiza, 19 anos).

— Eu acho que é mais fácil vagas para meninas, tem mais serviços, as empresas contratam muito recepcionista e telefonista. (Renata, 15 anos).

É normal que a procura no CAMPL esteja voltada sobretudo para o público feminino, devido aos cursos que são ministrados. Já as escolas técnicas instaladas na cidade de Limeira, como o SENAI, ETE Trajano Camargo, sobretudo nos cursos para a indústria, predominam a presença de homens.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento econômico de um país necessita de mão-de-obra qualificada para suprir toda a demanda do processo industrial e comercial. A atenção de um governo compromissado com a população o faz pensar em meios para que esse aprendizado de fato aconteça, por meio de criação de escolas especializadas que preparem seus alunos para atuação nos mais diversos tipos de empresas, cada qual com sua função específica.

Por meio de um olhar histórico, constata-se que Governo brasileiro sempre esteve atento às necessidades das indústrias que foram se instalando em todo território nacional. Necessidades essas que por vezes se estendiam de maneira igual a todas as unidades de ensino do país, e que por vezes deviam se adaptar a necessidade da indústria de um determinado local.

Quanto à cidade de Limeira, percebe-se que os programas estabelecidos entre a Prefeitura, algumas instituições de ensino e algumas empresas tem colaborado bastante para a inserção de adolescentes e jovens para a conquista do primeiro emprego.

A entrevista realizada por Julio (2002) junto aos alunos do CAMPL veio sustentar a seriedade e a funcionalidade desses Programas de Incentivo a Profissionalização de Adolescentes e Jovens, fazendo com que esses se ocupem, sempre incentivando-os a prosseguirem seus estudos para um futuro cada vez mais promissor, tanto na vida pessoal quando na profissional.

Escolas técnicas como o SENAI e o SENAC, assim como CAMPL, muito contribuem para a profissionalização de jovens. O SENAI, por meio do Programa Despertando Potencialidades, e o SENAC, por meio do Programa Protagonista da Cidadania, podem ser considerados como grandes estimuladores do público jovem, pois recebem alunos sem formação técnica alguma e os acompanha até o período de estágio dentro das empresas e indústrias. Essa relação Escola Técnica com Empresas e Indústrias tem sido grande propulsora ao primeiro emprego para a maioria de seus alunos.

A exigência legal da contratação de menores aprendizes dentro das empresas é uma conquista muito significativa para os jovens. Por ser uma obrigatoriedade, as empresas acabam que estabelecendo parceiras junto às

instituições como CAMPL, SENAI e SENAC. Tais instituições têm o importante papel de receber esses alunos sem qualificação profissional alguma, fornecendo-lhe os conhecimentos teóricos e práticos para que possam, de acordo com a carga horária necessária de cada curso, estar dentro das mais diversas empresas e indústrias que os contratam.

Essas instituições na cidade de Limeira podem ser consideradas também como incentivadoras da continuidade aos estudos desses jovens que, a partir de uma profissão e recebimento de salário mensal de suas atividades, pensam cada vez mais em adquirir mais qualificações profissionais.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho**. São Paulo: Cortez, 2001.

BAJOIT, Guy, FRASSEN, Abraham. O trabalho, busca de sentido. **Revista Brasileira de Educação**. São Paulo, 1997, Número especial: Juventude, tempo, idade.

CAMARANO, Ana Amélia; MELLO, Juliana Leitão e; PASINATO, Maria Tereza y KANSO, Solange. **Caminhos para a vida adulta: as múltiplas trajetórias dos jovens brasileiro**. Última década. 2004, vol.12, n. 21, p. 11-50.

ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE — ECA. 1 ed. 2ª tiragem, São Paulo: Editora Atlas, 1990.

FONSECA, Celso Suckow. **História do Ensino Industrial no Brasil**. Rio de Janeiro: Escola Técnica, 1961.

GARCIA, Sandra Regina de oliveira. O fio da história: a gênese da formação profissional no Brasil. In: **Trabalho e Crítica**. São Leopoldo: Ed. UNISINOS, 2000.

LETELIER G., Maria Eugenia. Escolaridade e inserção no mercado de trabalho. Caderno de Pesquisa. 1999, n.107,p. 133-148.

KAUFMANN, Josef Nicolas. Turbulências no mundo do trabalho. Quais são as perspectivas? IN: **Revista Serviço Social e Sociedade**, 69, Ano XXIII, março de 2002. São Paulo: Cortez.

JÚLIO, A. M. **A importância do ensino profissionalizante na inserção dos jovens pobres no mercado de trabalho**. Limeira: ISCA, 2002.

LIMEIRA (2012). Disponível em <www.limeira.sp.gov.br> Acesso em 10 Abr. 2012.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E.D.A. Pesquisa em Educação: Abordagens Qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (2009). **Ministério da Educação. Centenário da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica**. Disponível em <<http://portal.mec.gov.br>> Acesso em 10 Abr. 2012

NICOLAU, A. J. Z. **Conhecendo a Aprendizagem**. Pesquisa interna. São Paulo: SENAC, 2007.

QUIROGA, Consuelo. **O não-trabalho: identidade juvenil construída pelo avesso?** Rio de Janeiro: UFRJ, 2000.

ROCHA, Sonia. **A inserção dos jovens no mercado de trabalho**. Caderno do Centro de Recursos Humanos. 2008, vol.21, n.54, p. 533-550.

SANCHIS, Enric. Paro juvenil. In: **De la escuela al paro**. Madrid: Siglo XXI, 1991.